

História crítica das Obras completas de Marx e Engels (MEGA)*

THOMAS MARXHAUSEN**

A publicação, numa Edição Completa de Marx-Engels [*Marx-Engels-Gesamtausgabe*, MEGA), do conjunto de livros, rascunhos, excertos, cartas e outros sinais de vida legados por Karl Marx e Friedrich Engels possui uma longa história que ainda está bem longe de terminar.

Comumente se diferencia entre a “primeira” MEGA (MEGA¹), que foi iniciada na União Soviética na década de 1920 e interrompida na década de 1930, e a “segunda” MEGA (MEGA²), cujos primeiros volumes vieram a público em

* “MEGA-MEGA” und kein Ende. Publicado originalmente em *Utopie Kreativ*, v.189-190, p.596-617, jul.-ago. 2006. Tradutor: Nélio Schneider; revisão técnica: Jorge Grespan.

** Thomas Marxhausen, nascido em 1947, Prof. Dr. sc. phil.; estudou e trabalhou de 1968 a 1991 na Universidade Martinho Lutero de Halle-Wittenberg, no departamento de Marxismo-Leninismo e Economia Política; trabalho científico na Pesquisa de Marx-Engels e na edição da MEGA; após a demissão em 1991, passou a trabalhar em institutos privados de educação de adultos; em 1995, tornou-se editor do *Historisch-kritisches Wörterbuch des Marxismus* (HKWM) [Dicionário histórico-crítico do marxismo – DHCM], sendo autor, entre outros, dos seguintes verbetes: “*Elfenbeinturm* [torre de marfim]” (v.3), “*Fabrikgesetzgebung* [legislação fabril]”, “*Fetischcharakter der Ware* [caráter fetichista da mercadoria]” (v.4), “*Geheimdiplomatie* [diplomacia secreta]”, “*Geheimnis* [segredo]” (v.5), “*historische Mission der Arbeiterklasse* [missão histórica da classe trabalhadora]”, com Mário Candeias “*historische Schule der Ökonomie* [escola histórica da economia]” (v.6/l), aporte parcial “*Jakobinismus* [jacobinismo]” (v.6/ll); em preparação, no v.7 com “*klassische politische Ökonomie* [Economia política clássica]”, “*Kommunistisches Manifest* [Manifesto comunista]”, “*Konsumtion* [consumo]”, “*Kapital-Edition* [Edição de *O capital*]”; contribuição mais recente em *Utopie Kreativ: Verräterische Verräterjagd* [Caçada traiçoeira aos traidores] (v.43-44, maio-jun. 1994). [Nota da edição da *Crítica Marxista*: Em setembro de 2010, nas palavras do amigo Rolf Hecker, “insatisfeito com a mesmice do mundo”, Thomas Marxhausen pôs fim à própria vida].

1975. Esta última teve continuidade após 1990, com base numa autocompreensão reformulada e em princípios editoriais modificados, razão pela qual se indaga agora se a Edição Completa não deveria receber a sigla “MEGA³”.

A história, ou, mais exatamente, a maneira como terminou a primeira MEGA, passou a ser caracterizada por vezes como “trágica” depois que se teve acesso aos arquivos russos e à possibilidade de reconstruir os acontecimentos. Essa caracterização é justificada porque, na década de 1930, grande parte dos que trabalharam no Instituto Marx-Engels em Moscou, incluindo o seu diretor David Riazanov, foi lançada em prisões ou deportada, e muitos deles foram assassinados (Stalinismus, 2001). Esse acontecimento é tão trágico quanto sintomático, pois a publicação de *todo* o legado de Marx e Engels era tida “propriamente” como suspeita. Seguidamente foram emitidas sentenças contra a publicação de materiais que colidiam com a imagem oficial da história russa: em 1934, Stalin “interditou” a publicação de *A política externa do czarismo russo*, de Engels (Merkel-Melis, 2006, p.265 et seq., 267 et seq.); em 1952, o ensaio “Blücher”, de Engels, “não pôde voltar a ser impresso na Alemanha” (Hecker, 2006, p.42) por “tergiversar” sobre o papel desempenhado pelo exército russo no desmantelamento definitivo de Napoleão em 1813-1814; em 1960, a parte soviética “desaconselhou ‘com veemência’” a inclusão de *Revelations of the Diplomatic History of the 18th Century* [Revelações da história diplomática do século XVIII], de Marx, na edição das obras, e, ainda no início da década de 1980, a publicação dos manuscritos e excertos de Marx sobre a história da questão polonesa fracassou “pela objeção resoluta do diretor do Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou” (Sperl, 2006, p.209-10).

O surgimento da MEGA e a publicação de seus treze volumes, o que não é pouco,¹ deve-se em grande medida à intenção de Lenin de fazer com que o movimento comunista mundial se tornasse herdeiro de Marx e Engels, administrasse, publicasse e interpretasse a sua obra e combatesse seu “mau uso” por “dissidentes”.² O decreto de Stalin de que “o leninismo é o marxismo na época do imperialismo e da revolução proletária” (Stalin, 1951, p.10) e a sua própria promoção de (“melhor”) discípulo de Lenin a quarto “clássico” fizeram que o significado da obra de Marx e Engels passasse visivelmente para o segundo plano. Por essa razão, a paralisação da edição da MEGA foi uma consequência suportável das “limpezas” que varreram todas as instituições.

1 A MEGA¹ foi planejada para abranger 42 volumes; os *Esboços de crítica à economia política* (1857-1858), publicados em 1939-1941, em Moscou, em dois volumes parciais – na RDA foram publicados em um só volume (Berlim, 1953) –, foram processados segundo os princípios da MEGA sem fazer menção deles (Rojahn, 1994/1, p.6).

2 O XIII Dia do Partido do PCR (B) [Partido Comunista da Rússia (Bolchevista)] (janeiro de 1924) decidiu a preparação da primeira edição em muitos volumes das obras de Marx e Engels em língua russa e nas línguas originais; o V Congresso do Comintern (julho de 1924) conclamou todos os partidos comunistas do mundo a prestar ao Instituto Marx-Engels toda a ajuda possível (Prefácio à edição completa, in: MEGA¹, seção I/volume 1, p.31* [doravante citado apenas por seção e volume]).

Sua refundação sob a égide da diretoria do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e do Partido Socialista da Unidade Alemã (SED)

figura entre as contradições das estruturas políticas pós-stalinistas, porque, arcando com os enormes custos, também assumiram os riscos ‘ideológicos’ de publicar um material intelectual no final das contas incompatível com as formas de dominação que ainda eram estatizadas e administradas via comando central. (Haug, 2004, col. 387)

Assim, a MEGA contou com mais um recomeço – que, uma vez mais, não ficou isento de traços grotescos, pois, em vez de “tocar” o projeto (a exemplo do que haviam feito até aquele momento seus patrocinadores e editores), e essa era a exultante expectativa de algumas pessoas no Ocidente e no Oriente, gastou-se uma montanha de dinheiro com o propósito de despachar Marx e Engels para o museu. É como se alguém acreditasse poder espantar um fantasma arranjando-lhe um lugar confortável para ficar.

A longa história da gênese da MEGA²

As primeiras iniciativas para dar continuidade ou reiniciar a MEGA partiram, no ano de 1955, do Instituto de Marxismo-Leninismo adjunto ao CC (Comitê Central) do PCUS (IML de Moscou) e foram saudadas pelo IML de Berlim (com o apoio da direção do SED). Naquela época, a intenção ainda era reelaborar os volumes da MEGA¹ e paralelamente dar início à publicação dos volumes seguintes. Mas a cooperação logo estagnou, porque a direção do PCUS julgou suficiente publicar a segunda edição das obras de Marx e Engels, em andamento desde 1955, por corresponder diretamente às necessidades de seu trabalho de propaganda política.

Uma edição científica internacional das obras de Marx-Engels, que só indireta e limitadamente poderia ser usada para fins de política partidária, teve ainda anos depois pouco apoio da parte dos representantes de mentalidade estreita do aparato partidário e até defrontou com ressalvas desconfiadas. (Dlubek, 1992, p.51)

Outra razão para a reserva pode ter sido o fato de que o recomeço necessariamente retomaria os materiais de trabalho da antiga MEGA e, em consequência, tocaria em um tema que não existia oficialmente.³

Na primeira metade da década de 1960, o lado berlinense mais uma vez tentou dar continuidade ao projeto, legitimado por uma resolução do Secretariado do CC

3 “Stalinismo e silêncio são conceitos centrais na história da MEGA até o momento. A MEGA¹ não foi abertamente proibida [...]. Por ‘vontade suprema’ ela simplesmente mergulhou no silêncio depois que seus elaboradores foram calados. E a manutenção desse silêncio sobre o modo e as circunstâncias do seu fim foi, até o outono de 1989, uma das condições cuja observância constituiu moeda de troca para a MEGA².” (Hundt, 1992, p.56)

do SED, de dezembro de 1963. Ele define a edição como “histórico-crítica” e dá a orientação de que ela contenha *todos* os trabalhos legados por Marx e Engels em cada uma de suas etapas de elaboração. O modelo formal do aparato crítico foi tomado da segunda edição crítica completa das obras de Goethe, desde 1949 aos cuidados da Academia de Ciências da República Democrática Alemã (RDA)⁴.

Uma das razões da iniciativa de Berlim pode ter sido o fato de que a pesquisa sobre Marx e Engels e a edição de suas obras tinham para o SED uma importância maior do que para a direção do PCUS (decerto também visando ao enquadramento de Marx e Engels na identidade da RDA a ser produzida); para o PCUS, em estilo bem stalinista, Lenin constituía a figura central na série dos “clássicos” – o que produziu, com referência à MEGA, o traço grotesco de que o tamanho dela não poderia exceder o da edição das obras de Lenin (50 a 55 volumes). Além disso, argumentou-se que a MEGA de modo algum deveria ser chamada de “edição histórico-crítica” (a concepção de que Marx e Engels poderiam ser abordados “criticamente” fez disparar o alerta revolucionário); o projeto deveria ser, antes, uma “edição completa nas línguas originais”; o aparato científico deveria respaldar-se nas edições das obras em língua russa e alemã; a completude não deveria ser buscada incondicionalmente; seria “suficiente” uma subdivisão em três seções, a exemplo da MEGA¹, sendo desnecessário organizar uma quarta seção (excertos, anotações na margem) (Dlubek, 1993, p.47). As exigências desembocavam na produção de uma espécie de edição ampliada das obras, cujo sentido e propósito ninguém conseguia esclarecer. As intermináveis discussões subsequentes com Moscou protelaram consideravelmente o início dos trabalhos. Somente no final da década de 1960/início da década de 1970, chegou-se a uma concepção comum. Nessa época, foram constituídos grupos de trabalho da MEGA nas universidades de Berlim, Halle, Iena e Leipzig, na Faculdade de Pedagogia de Erfurt/Mühlhausen, bem como na Academia de Ciências.⁵ Em dezembro de 1970, o IML relatou ao Politburo do SED que a edição comportaria 120 volumes e demandaria um tempo de elaboração de 25 a 30 anos – algo que as instâncias partidárias às quais o IML de Moscou estava subordinado não quiseram admitir por muitos anos (Dlubek, 1994, p.75 et seq.).

O primeiro sinal visível de que a MEGA² deslanchava foi a publicação do volume de teste em julho de 1972 (seiscentos exemplares de oitocentas páginas), contendo uma introdução que esclarecia os princípios editoriais, o esboço das diretrizes de edição, bem como catorze provas para exame de todas as quatro seções de diferentes períodos produtivos de Marx e Engels, com as partes cor-

4 Esta foi interrompida em 1967 por suspeita de “historismo burguês” levantada por representantes do Nationale Forschungs- und Gedenkstätten der Klassischen Deutschen Literatur [Instituto Nacional de Memoriais e Centros de Pesquisa da Literatura Alemã Clássica], com sede em Weimar (Dlubek, 1993, p.45, 51, 55).

5 Esses grupos de trabalho acabaram editando tantos volumes quantos editou o IML de Berlim, o que levou a que dois terços dos volumes fossem editados na RDA (Dlubek, 1994, p.98-9).

respondentes do aparato crítico. O volume foi enviado a instituições científicas na União Soviética, na RDA e em outros países europeus, bem como aos EUA e ao Japão, solicitando manifestações de opinião. Os institutos responsáveis pela editoração receberam mais de 120 posicionamentos com numerosas sugestões referentes à disposição dos materiais. A orientação política e ideológica dos aparatos contendo comentários aos textos praticamente não foi abordada, porque “muitos especialistas defendiam posições parecidas, e os demais consideraram impossível influenciá-las” (Dlubek, 1994, p.89). A discussão produziu um efeito favorável ao usuário: foi decidida a encadernação separada do volume que continha os textos e do volume com o aparato crítico.

Em 1975, finalmente chegara a hora da publicação dos primeiros volumes da MEGA² pela Editora Dietz de Berlim. Naquele ano e no seguinte, vieram a público volumes de todas as quatro seções.⁶

No prefácio à edição completa, a publicação da MEGA² é justificada por oferecer “um sistema coerente das teorias filosóficas, econômicas e sociopolíticas” de Marx e Engels como “cosmovisão científica única” e, em consequência, vindo ao encontro de “necessidades urgentes da ciência e da práxis revolucionária na época atual”,

dado que a teoria marxista-leninista adquire uma importância cada vez maior na vida social e que a magnitude histórica da realização de Marx e Engels com fundadores do comunismo científico torna-se cada vez mais visível e convincente. (I/1, p.20*, 19*)

Na palestra principal, proferida na Conferência Científica do IML de Berlim e do Conselho Científico de Pesquisa sobre Marx-Engels, na RDA, em 1986, foi dito:

Mediante nosso trabalho na MEGA queremos contribuir para uma compreensão mais profunda da unidade, aplicabilidade e capacidade de desenvolvimento de nossa visão de mundo na luta por uma solução para os problemas presentes e futuros da humanidade. Atenção especial foi dada à exploração de todos os aspectos da obra de Marx e Engels, visando à fundamentação teórica da sociedade socialista desenvolvida, à intensificação da economia, ao aumento da efetividade da produção, à unidade da política econômica e da política social, ao desenvolvimento e à capacitação da classe trabalhadora para a realização de suas tarefas histórico-universais e à formação de uma consciência histórica otimista. (Kundel, 1987, p.16)

Até aquele momento, trinta volumes haviam sido publicados. Uma verificação rápida da *Deutsche Zeitschrift für Philosophie* (DzPh) [Revista Alemã de

6 A tiragem dos dois primeiros volumes foi de 7.000 exemplares, a dos seguintes de 5.000, no final da década de 1980 foi de 3.900; eles foram enviados para trinta países (Dlubek, 1993, p.105).

Filosofia], do ano de 1986, revela que *a MEGA não é citada em um artigo sequer* (além daqueles que relatam a respeito da edição da MEGA). Não foi diferente em outras revistas especializadas das ciências sociais, em monografias, coletâneas, relatórios de conferências, trabalhos de graduação acadêmica etc.

Os editores da MEGA e os pesquisadores de Marx-Engels seguidamente se viram expostos (inclusive em universidades) à acusação tacanha de terem feito muito pouco pela política real do partido ou de terem *conscientemente* se circunscrito à história. (Inclusive depois da virada política [1989] esse argumento se manteve, adquirindo, então, a faceta notavelmente provinciana de que nada poderia acontecer aos editores da MEGA, já que não haviam tido nada a ver com a política real.) (Vollgraf, 1993, p.80)

A “tarefa específica e, ao mesmo tempo, fundamental” definida para a MEGA² foi

oferecer uma base abrangente e garantida para as crescentes exigências do trabalho de pesquisa científica, bem como para as múltiplas edições de leitura e estudo em todas as línguas e países que servem à difusão maciça das obras de Marx e Engels. (Golman, Sperl, 1976, p.60-1)⁷

A derrocada do socialismo de Estado não pôs em dúvida este fato: os volumes publicados até 1990 compõem uma base textual garantida para outras edições. Até mesmo a *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ) atestou, por ocasião da publicação do primeiro volume elaborado de acordo com as novas diretrizes editoriais, que a MEGA “pré-*virada*” se mantém “editorialmente neutra e estável em termos de valores”, mostrando “matiz ideológico apenas nos prefácios”.⁸ (Decerto seria pedir demais que a FAZ estivesse inteirada de que há um só prefácio, o do volume I/1 – que serve para todos os volumes da edição –, e que cada volume tem uma introdução). Em contraposição, as metas declaradamente políticas da edição eram bem apropriadas para ensejar o trançado da corda com que o projeto seria enforcado. A corda foi posta em volta do pescoço, mas não chegou a ser apertada, o que se deu por diversas razões.

Luta pela sobrevivência, salvação e recomeço

Em 1990, parecia que a queda do muro tinha soterrado com Marx e o marxismo também a MEGA².

7 Basearam-se na MEGA² a edição de estudos inglesa (*Collected Works*) e edição publicada na China, cada uma delas com cinquenta volumes, que, pela primeira vez, não traduziram os textos do russo, mas das línguas originais (Dlubek, 1994, p.105).

8 *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, v.7, outubro de 1998.

Não ofereciam chances de sobrevivência nem a mudança de nome do IML adjunto ao CC do SED para Instituto de História do Movimento dos Trabalhadores – este, com o IML de Moscou, subscreveu-se por breve período como editor⁹ (o volume III/8 publicado no mesmo ano não contém os dados do editor) –, nem a constituição, no início de 1990, de uma parte do Departamento Marx-Engels desse Instituto como Fundação da MEGA em Berlim, associação independente e registrada, à qual o PDS (Partido do Socialismo Democrático, sucessor do SED) doou 27,5 milhões de marcos alemães (o valor foi bloqueado em fevereiro de 1991 pela Agência Fiduciária, porque a Comissão Independente para Verificação do Patrimônio dos Partidos e Organizações de Massa da RDA não tinha dado seu beneplácito para a doação, com a justificativa de que se tratava de recursos públicos cuja destinação não caberia ao PDS; a competência para o financiamento de uma edição como a da MEGA seria das instituições normais de promoção de pesquisa [Rojahn, 1994/1, p.15]).

Por iniciativa do Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG) [Instituto Internacional de História Social] – onde se encontram dois terços dos manuscritos originais de Marx e Engels, bem como uma quantidade enorme de outros documentos da história do movimento trabalhista –, foi fundada, no dia 2 de outubro de 1990 em Amsterdã, a Fundação Internacional Marx-Engels (Imes) [Internationale Marx-Engels Stiftung] de acordo com o direito holandês. “A incumbência principal dessa fundação politicamente independente, servindo exclusivamente a fins científicos”, consiste estatutariamente em dar continuidade à MEGA “enquanto edição histórico-crítica completa das publicações, dos manuscritos e da correspondência de Karl Marx e Friedrich Engels” (*apud* Rojahn, 1994/1, p.5). Os direitos editoriais da MEGA² passaram para essa fundação, à qual outras instituições se associaram no período subsequente (Rojahn, 1994/1, p.13). Desse modo, constituiu-se, no último minuto, uma nova entidade mantenedora do projeto. Só que ninguém queria financiá-lo. As instituições alemãs de promoção de pesquisa, às quais se dirigiu a Imes após as resoluções de liquidação dos governos dos Estados Federados da RDA e do bloqueio das contas da Fundação da MEGA em Berlim, para ao menos impedir a interrupção do trabalho em volumes já bem adiantados, “reagiram em parte em compasso de espera, em parte rejeitando e em parte nem reagiram. Havia um evidente temor de envolver-se com um empreendimento de tal envergadura” – e, é preciso acrescentar, de tal fama política –, “cujo futuro imediato era incerto” (Rojahn, 1994/1, p.17).

Numerosos filósofos, historiadores, cientistas sociais, artistas e políticos de renome na Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Dinamarca, Rússia, no Japão, nos EUA e em outros países mostraram-se preocupados em evitar que, como já ocorrera com a primeira MEGA, também a segunda pudesse permanecer um torso. Ponto alto das iniciativas foi uma conclamação do Comitê Japonês de

⁹ Cf. o *impressum* no v.I/29 (1990).

Apoio à MEGA, de dezembro de 1991, assinada por 1521 cientistas japoneses (Rojahn, 1994/1, p.17-8). O que pesou nesse tocante foi que, no Japão, havia sido vendido um quinto da tiragem de cada volume editado, novas publicações eram rapidamente traduzidas e existe ali uma comunidade de trabalho de pesquisadores de Marx-Engels que se dedica especialmente à avaliação da MEGA (Dlubek, 1994, p.105; Miyakawa, Omura, 1994).

Em janeiro de 1991, o Conselho Científico Alemão recomendou o acolhimento “dessa edição preparada segundo princípios editoriais histórico-filológicos modernos” (*apud* Rojahn, 1994/1, p.18) no programa de projetos de longo prazo geridos pelas Academias Alemãs de Ciências (DAW [*Deutsche Akademien der Wissenschaften*]). A Conferência dos Estados Federados para Planejamento da Formação e Promoção da Pesquisa decidiu acolher a MEGA² provisoriamente no programa da Academia; a gestão foi entregue primeiramente à Conferência das DAW. Uma decisão definitiva ficou na dependência do resultado de um parecer técnico dos volumes já publicados, que seria elaborado por uma comissão internacional (presidida pelo filósofo Dieter Henrich, de Munique). Quando esta também chegou a uma “conclusão positiva”, a Imes pôde firmar, na Conferência das DAW de fevereiro de 1992, um contrato de cooperação, no qual a Conferência se comprometia com a conclusão de alguns volumes já mais adiantados. O novo local de trabalho da Academia começou a operar em junho de 1992. Nesse meio tempo, havia sido criado na França, com o apoio do Ministério competente (Pesquisa e Tecnologia, Formação), um departamento de pesquisa; no início de 1992, constituiu-se um grupo de trabalho franco-alemão da MEGA, formado pela Karl-Marx-Haus [Casa de Karl Marx] de Trier e a Equipe de Recherche en Civilisation Allemande (ERCA) [Equipe de pesquisa sobre a civilização alemã], de Aix-en-Provence. Em março de 1993, constituiu-se a Academia de Ciências de Berlim-Brandenburgo (BBAW [*Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften*]), cujo plenário decidiu associar-se à Imes e assumir a gestão do projeto MEGA da Academia (Rojahn, 1994/1, p.18-9 e 25).

Desse modo, foi salvo o projeto que já era dado como perdido. Até o momento em que a Imes assumiu o projeto, haviam sido publicados 43 volumes, quatro se encontravam com a Editora Dietz, ou seja, estavam no prelo, dezesseis volumes estavam em estágio avançado de elaboração, outros já haviam sido começados (Dlubek, 1994, p.99). Ao lado das razões mencionadas, sentiu-se também a força dos fatos consumados: se em 1990 houvesse apenas três ou cinco volumes prontos, o projeto teria desaparecido sem que ninguém tivesse dado um pio. A condição fundamental do prosseguimento está ancorada no Estatuto da Imes, segundo o qual sua finalidade consiste em trabalhar “sobre uma base puramente científica e politicamente independente”. Só assim se poderia assegurar a Marx um “lugar no círculo dos grandes pensadores clássicos”.¹⁰ Para converter em realidade os

¹⁰ Disponível em: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/Ueberblick>.

princípios estatutários, era preciso também trocar a Editora Dietz pela Editora Akademie, algo que os patrocinadores – a Imes “depende das instituições normais de promoção de pesquisa” (ER 93, p.10) – tenham talvez exigido, talvez apenas sugerido. Como quer que tenha sido – “o mundo” se regozijou: “finalmente” Marx se “libertava das garras do PCUS/SED/PDS”; “graças à mudança para uma editora livre do comunismo, é possível apostar na pura cientificidade”.¹¹

Princípios editoriais antigos e novos. “Redimensionamento”

Na Conferência realizada em Aix-en-Provence (março de 1992), foi feito o balizamento definitivo para o recomeço. A diretrizes editoriais foram discutidas, reformuladas e complementadas com instruções para sua aplicação, passando a vigorar em 1993 (Rojahn, 1994/1, p.21-2, 24).

O que há de novo nas diretrizes? O que foi adotado das anteriores? A partir de 1993, a MEGA ainda é a MEGA² ou já estamos tratando de uma “terceira” MEGA?

Foram introduzidas basicamente duas inovações incisivas – uma delas é a “*academização* da edição”, sua “*desideologização*”, a garantia do “*primado da filologia*”, sua “*internacionalização*”, bem como a “*contextualização histórica* da obra e do pensamento de Marx e Engels, em lugar da anterior utilização política” (Lange, 2004, p.14). A segunda inovação é o “redimensionamento” (Plan, 1995/2, p.63).¹² Todas as demais mudanças são decorrência dessas duas decisões.

Nas *Diretrizes Editoriais de 1993* [= ER 93], foi mantida, como ancorado no Estatuto da Imes, a publicação de obras, manuscritos, cartas etc. de Marx e Engels *numa só* edição.

Até 1990, isso não era controverso,¹³ só depois é que a edição conjunta foi problematizada. O pano de fundo aparente dessa questão é o “problema Marx-Engels” que de forma alguma é novo: Engels teria sido o “gêmeo científico, de pensamento congruente” (Vollgraf, 1993, p.78) ao de Marx? Ou um pensador autônomo, cujas posições de modo algum coincidiam completamente com as de Marx, ou até eram em parte antagônicas às dele? A discussão se prendeu e se prende à compreensão que Engels tinha da dialética, à transmissão das ideias e teorias de Marx a partir do *Anti-Dühring* – mas justamente não só das dele, e sim de muitas que foram elaboradas em conjunto com Marx (aspecto que essa discussão perde de vista!) –, à sua atividade editorial nos Livros II e III de *O capital* etc. (Marx; Engels, 1998). Em suma: existe um “engelsismo” (Liedmann, 1997) que se distingue do “marxismo”? Em caso afirmativo, o que legitima a edição *conjunta*?

11 *Die Welt*, v.10-11 de outubro de 1998.

12 O relatório é assinado por Jacques Grandjonc (presidente da comissão de redação) e por Jürgen Rojahn (Secretário da Imes).

13 Riazanov, 1924: “Sempre falo de Marx e Engels juntos [...], quando digo Marx, quero dizer Marx e Engels” (apud Backhaus; Reichelt, 1994/2, p.101).

Enquanto Vigotski exortava ao bom-senso – “Não se trata de dizer que Engels é ‘pior’ que Marx. Ele é ‘diferente’ e, por essa razão, não estamos lidando com Marx em pessoa, mas já com uma determinada interpretação de sua teoria” (Vigotski, 1993, p.120) –, outros, reportando-se às ER 93, segundo as quais a MEGA deveria eximir-se de interpretações (que, no entanto, são proporcionadas por Engels com sua compreensão do primeiro livro de *O capital* e a publicação dos volumes subsequentes), exigiam que fosse adotada a “solução cientificamente mais limpa”, que consistiria em “organizar edições completas separadas das obras de Marx e Engels”. Desse modo, seria produzido um “símbolo da desmistificação da ‘cosmovisão marxista-leninista’, o símbolo de uma ideologia cientificamente indiscutível” (Backhaus; Reichelt 1994/2, p.103). Em contraposição, argumentou-se que a exigência de edições separadas ignoraria os numerosos trabalhos teóricos e políticos em conjunto, mais de quatro décadas de correspondência intensa sem divergências mais sérias de opinião; além disso, ninguém apresentou prova de que Marx teria adotado um posicionamento crítico em relação ao “Anti-Dühring”.¹⁴ (Miyakawa, Omura, 1994, 140-1).

No fundo, o conflito gira em torno do que é “marxismo”. Dado que a MEGA, em sua nova autocompreensão, justamente não visa à transmissão nem à promoção do “marxismo”, mas à exposição acadêmica de documentos que podem ser caracterizados desse ou daquele modo, decidiu-se contra a divisão da edição – como já havia sido intuído (Backhaus; Reichelt, 1994/2, p.103) –, e isso com a seguinte fundamentação: a “concordância dos pontos de vista de Marx e Engels [...] postulada pelos editores anteriores” seria “controversa”, mas não haveria como negar a “estreita colaboração entre os dois autores”.

Se seus escritos fossem editados separadamente, uma série de textos teria de ser incluída nas duas edições. Não é assim que se consegue um enxugamento do projeto. A maioria dos volumes da primeira e da segunda seção já estão publicados; o trabalho na maioria dos demais já começou. A unidade da edição deveria ser mantida. (Rojahn, 1994/1, p.21)¹⁵

O *princípio da completude* também foi mantido, como fixado na definição do “caráter da edição” nas novas diretrizes editoriais (ER 93, p.17) e nas antigas (ER 76, p.125).¹⁶ Isso parece óbvio para uma edição completa, mas também tem seus ardis. O *princípio da completude* tem em mira um conceito de obra, e o que é “obra”, o que faz parte da “obra”, de modo algum é evidente como parece.

14 Engels leu o manuscrito inteiro em voz alta para Marx; Marx contribuiu com um dos capítulos (MEW, v.20, p.9).

15 Sperl indica que é muito fácil exigir uma separação, mas que Backhaus e Reichelt nunca se deram o trabalho de propor princípios editoriais de uma edição separada (Sperl, 2004, p.21).

16 As ER 76 foram impressas em ER 93 (documentação) e são citadas pela paginação destas.

Por um lado, a edição apura a autenticidade dos materiais transmitidos, isto é, se eles procedem de Marx e/ou de Engels. Isso nem é tão difícil em vista de suas caligrafias características. No caso de impressos, a coisa muda de figura. Grande quantidade de artigos escritos por eles para jornais foram publicados anonimamente. Nesses casos, a edição é obrigada a operar com probabilidades que se apoiam em recursos auxiliares, como, por exemplo, comunicações em outros materiais (cartas, notas sobre o envio de artigos etc.), bem como comparações de teor e estilo com outros textos. A delimitação entre “obra” e “não obra” já se torna mais difícil. Mas as dificuldades não param por aí. Justamente as contribuições impressas foram modificadas pelos editores, muitas vezes sem a anuência do autor. Por essa razão, a determinação da autoria deve examinar se a respectiva cópia impressa é “autorizada e em que medida ela é ‘autêntica’, isto é, apresenta um texto autêntico” (Sperl, 2002, p.150). Dado que o autor praticamente nada podia fazer contra tais intervenções, tais textos, em sua forma impressa, são “tratados como *autorizados* como um todo e em cada uma de suas partes”; divergências textuais entre diferentes edições do jornal são “variantes” (Sperl, 2002, p.152).

A “obra” abrange também documentos e materiais que não fazem parte do legado, mas dos quais há prova de que existiram. Nesses casos, procede-se pragmaticamente: o que estiver disponível é apresentado; o que não estiver disponível até a publicação do volume é posto numa lista, como, por exemplo, as cartas não pertencentes ao legado nos volumes da seção III; o que for descoberto após a publicação do volume em questão pode ser publicado nas séries que acompanham a edição da MEGA, como o *Marx-Engels-Jahrbuch* (MEJ) [Anuário Marx-Engels],¹⁷ e em algum momento futuro vir a ser publicado em volumes suplementares.

Outra questão é em que medida as cartas a Marx e Engels fazem parte da sua “obra”. Todo usuário saúda seu acolhimento nos volumes, o que, todavia, não constitui razão para acolhê-las. Para que, apesar da exclusão, fosse possível apreciar as cartas de Marx e Engels, seria preciso elaborar resumos do seu conteúdo que, dependendo das circunstâncias, seriam mais dispendiosos do que sua simples reprodução impressa, ou restringir a MEGA² ao plano da edição de obras (que reproduz apenas as cartas de).

Por fim, Marx e Engels colaboraram com publicações de terceiros. Em que medida também esses textos fazem parte da “obra”? Deve-se acolhê-los na MEGA? É o que acontece: por exemplo, o volume I/31 contém publicações de Kautsky, Bernstein e outros que surgiram com a colaboração de Engels. Também traduções feitas ou redigidas por Marx e/ou Engels integram a obra. Era preciso decidir o que fazer com documentos que Marx e Engels não formularam, mas assinaram, como, por exemplo, declarações políticas. Sua reprodução também está prevista, quer mediante relatos descritivos, quer mediante excertos. Porém, um recibo ates-

17 V.1 a 13, Berlim 1978 a 1991; reinauguração com o mesmo título: Marx-Engels-Jahrbuch, 2003, ed. IMES, Berlim, 2004.

tando o pagamento do aluguel do apartamento faz parte da “obra”? Ambas as ER estão de acordo em estipular que também documentos da vida cotidiana podem ser acolhidos (ER 93, p.17; ER 76, p.126). E um problema específico é posto pelas anotações na margem, cujo caráter como parte integrante da obra nunca foi questionado, razão pela qual a discussão não gira em torno de seu acolhimento, mas do modo de sua exposição.

A edição se debate com todos esses problemas desde que a MEGA foi concebida. Em vista disso, é absurdo afirmar que a exposição de artigos de jornal recém-descobertos, a “ordenação cronológica dos documentos textuais” de *A ideologia alemã* (Marx; Engels; Weydemeyer, 2004)¹⁸ e a publicação de excertos das ciências naturais teriam levado “a um novo conceito de obra” – por “terem sido levadas a cabo por uma edição livre dos dogmas e das visões até então habituais nos legados escritos” (Lange, 2004, p.14) –, até porque investigações, exposições cronológicas, assim como a impressão de excertos, fazem parte da atual edição, assim como fizeram parte da antiga. Uma afirmação apoiada em tais “provas” sinaliza ao público (que já nem se admira mais disso) que, até mesmo na sublime esfera do puro academicismo, a cantilena de sobrevivência “quem não anuncia, morre!”, que retumba em todo supermercado ordinário até provocar náusea, tornou-se a música ambiental do trabalho da MEGA.

Consequências consideráveis para a preservação do princípio da completude teve o “redimensionamento”, o “enxugamento” do projeto, decidido em 1995. Ele foi exigido pelo Conselho Científico Alemão, que a Imes, “que não dispõe de recursos financeiros próprios dignos de menção, [...] não pôde ignorar”. Isso não veio totalmente de surpresa: a Conferência de Aix-en-Provence já havia constatado “que a manutenção do princípio da completude não significaria que todo o legado literário seria obrigatoriamente publicado em forma de livro” (Plan, 1995/2, p.63). – O que foi reduzido? Do que se abriu mão? E com que justificativas?

Abre-se mão de impressões duplas dos mesmos textos em seções diferentes, como “Cartas extraídas dos *Anuários franco-alemães*” (I/2 e III/1), a *Reflection* de Marx nos “Cadernos de Londres 1850-1853” (I/10 e IV/8), *Value, price and profit* [Valor, preço e lucro], de 1865 (I/20 e II/4.1), entre outros. Que as impressões duplas se devam a um “maciço ‘egoísmo seccional’ no que se refere ao processamento de manuscritos atraentes, até então inéditos” (Vollgraf, 1992, p.9), dificilmente terá sido a única razão para esse procedimento. A atribuição de certos materiais a *uma só* seção determina o seu caráter; a renúncia às impressões duplas obriga a sua fixação, o que já constitui uma espécie de interpretação.

Somente quando apresentadas “razões científicas pertinentes” são reproduzidos *integralmente* os seguintes documentos: textos de Marx e Engels modificados por terceiros; textos de autoria dúbia; traduções de seus textos por terceiros, autorizadas por eles; textos de terceiros em que eles colaboraram; bem como outros materiais. “De resto, o princípio da completude é mantido mediante a impressão

¹⁸ A publicação completa desses materiais em I/5 foi planejada para 2008.

de excertos ou mediante descrição dos documentos” (Plan, 1995/2, p.66). Essa redefinição do “princípio da completude” justifica, entre outras coisas, a interrupção da impressão dos protocolos do Conselho Geral da I Internacional (IAA), visando tornar supérflua a subdivisão do volume I/21 em dois volumes parciais e encurtar o volume I/23. A consequência disso é uma distorção grotesca da exposição: nos volumes I/20 e I/22, os protocolos foram reproduzidos, ao passo que nos I/21 e I/23 serão publicadas apenas “algumas passagens diretamente atribuíveis a Marx” (Plan, 1995/2, p.67-8).

Outro “redimensionamento” foi atingido mediante a substituição das introduções extensas – exemplos intimidadores são a do volume I/26, com 72 páginas, e a do I/27, com 75 páginas – por outras mais “breves” (Plan, 1995/2, p.68, 72-3).

Ainda há algumas coisas a dizer sobre as introduções. No que se refere à sua “brevidade”, aquela redigida por Jürgen Rojahn para o volume III/9 (2003) tem nada mais nada menos que 89 páginas. Na troca de correspondências, a redução do número de volumes é obtida, entre outras medidas, pela ampla renúncia à impressão de adendos e pela concisão extrema das notas explicativas. Por fim, o tamanho dos volumes é reduzido em 20% mediante a numeração sequencial das cartas e sua exposição em texto contínuo, de modo que cada nova carta não inicia uma nova página (Plan, 1995/2, p.72-3). Foi descartada a exposição cronológica e a sistemática ao mesmo tempo, como a dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx (I/2) e a da *Dialética da natureza*, de Engels (I/26).¹⁹ Os excertos continuam a ser apresentados integralmente; no caso de cadernos com colagens de recortes de jornal, de tabelas cronológicas meramente copiadas de alguma obra ou de extratos de gramáticas para fins de estudos linguísticos e outros materiais, é feita uma descrição e/ou a impressão; exercícios de cálculo que se encontram em capas e páginas em branco de alguns cadernos de excertos são mencionados na descrição dos documentos; coleções de recortes de jornal são mencionadas no aparato da respectiva obra, na medida em que foram usadas por Marx e Engels (Plan, 1995/2, p.73 e ss.).

Complexa é a questão da apresentação das notas marginais. O acesso a elas é imprescindível para a reconstrução do desenvolvimento intelectual e político de Marx e Engels. Por essa razão, as ER 76 decidiram publicá-las separadamente. O modo de fazê-lo foi apresentado aos círculos especializados mediante um exemplar de teste (Marx; Engels, 1983). Houve aprovação internacional; dúvidas foram levantadas quanto ao volume colossal. Por essa razão, a publicação desse grupo de volumes foi “postergada por prazo indeterminado”.²⁰

19 Nesses dois casos, teria havido um acordo para obter a “anuência dos parceiros soviéticos para tal ‘desconstrução’ filológico-crítica contraposta à tradição” (Sperl, 2004, p.94).

20 O prospecto de 1984 previa quarenta volumes para a reprodução de excertos e anotações *mais* cerca de trinta volumes de notas marginais; desse modo, a quantidade total de volumes da MEGA² teria alcançado a cifra de 170 (Dlubek, 1994, p.82-3).

As notas marginais são

compiladas em forma sistemática no volume que contém o índice anotado dos livros encontrados *ex libris* Marx/Engels. As notas marginais “mudas” (traços e sublinhados, destaques) são descritas, as “falantes” (observações na margem, pontos de exclamação e de interrogação) são editadas em sua relação contextual. (Plan 1995/2, p.76)

Entrementes foi decidido: o volume final IV/32 será composto de três livros – o índice anotado do acervo apurado das bibliotecas de Marx e Engels; a edição contextual das notas à margem de texto; e a edição de comentários referentes às bibliotecas, aos exemplares individuais dos livros e às indicações neles contidas (autor, data, descrição, uso ulterior etc.). Visto que a edição e a pesquisa necessitam de um índice de todos os títulos apurados, mas a elaboração de um índice das bibliotecas que compreenda a edição das notas marginais e a classificação dos títulos conforme a história das obras e a história da ciência se evidencia como um trabalho bastante demorado, a publicação do índice das bibliotecas (1.450 títulos) foi antecipada em IV/32 (1999).

A edição das notas marginais falantes, bem como dos comentários sobre a história da gênese e a história da ciência, será realizada sob condições mais favoráveis em algum momento futuro. (Adendo, 2004 apud Sperl, 1994, p.207, n.56)

Por fim, para tornar mais efetivo o trabalho, seriam exploradas “as possibilidades da técnica computacional” (ER 93, p.10). Isso sem dúvida está acontecendo. Só que com essa técnica, pelo que se vê, não se está conseguindo acertar muito bem a quebra de linhas, como prova o *layout* das páginas.²¹

Qual o resultado desse “redimensionamento”? Além das restrições já mencionadas, o adiamento da publicação das notas marginais para alguma data incerta. É pena, mas dá para se conformar. Mais grave é que a descrição das notas marginais mudas, com mais de 1.500 itens, não traz nada além de uma anotação de marcas de leitura e o local onde encontrá-las. Desse modo, o estudo das notas marginais é relegado à vontade de viajar do pesquisador e à sua disponibilidade de recursos para isso, ao passo que o planejamento anterior a 1990 previa que o material fosse entregue no domicílio de todo interessado.

Dentre os princípios da MEGA² mantidos depois de 1990 encontram-se também o do seu caráter “histórico-crítico” e o da *subdivisão em quatro seções* (ER 93, p.7

21 Isso vale, sobretudo, para o espaçamento entre as linhas, cf. I/31, p.724, 997; II/15, p.908-9; III/9, p.162, 270, 349; IV/3, p.474, 475, e muitos outros casos.

et seq.; ER 76, p.125 e et seq.). Os dois princípios estão correlacionados. – Em primeiro lugar, o que quer dizer “histórico-crítico”?

“Histórico” poderia ser vertido para “cronológico”, o que significaria: todos os materiais deveriam ser apresentados na sequência de seu surgimento (conhecido ou provável). Com isso, a subdivisão em seções cairia por terra. É tão evidente que tal sequência puramente formal enlouqueceria qualquer usuário, o que por si só a interdita. Portanto, o princípio cronológico foi convertido, através da subdivisão em seções, num princípio cronológico-sistemático; dentro dos volumes individuais, reina a cronologia (excetuando os anexos que seguem o corpo do texto); mas esta é novamente interrompida quando a exposição dos materiais faz isso parecer apropriado. Com efeito, o aspecto cronológico, por sua vez, é combinado com o princípio da obra: todos os materiais e impressões pertencentes a *uma determinada* obra são concentrados num só ponto, independentemente de suas diferentes datas de origem, como, por exemplo, os manuscritos matemáticos de Marx (I/28, em preparação), o “Anti-Dühring” de Engels (I/27) ou *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (I/29). Não é muito razoável, mas também é visto com bons olhos por todo usuário, o fato de as 197 elaborações e anotações que Engels redigiu entre 1873 e 1882 para a obra *Dialética da natureza*, planejada por ele (I/26), não terem sido espalhadas por vários volumes da seção I (Sperl, 2004, p.60). A boa lógica desse procedimento é bem ilustrada pela apresentação das *Reflexões sobre a relação entre taxa de mais-valor e taxa de lucro*, de Marx (geralmente textos menores constituídos de fórmulas), registradas por ele em materiais que estavam à mão em dado momento: um calendário, em cadernos de anotações ou anterrostos de livros. Esses materiais não foram publicados em diferentes volumes da seção IV, porque isso teria sido “prejudicial ao comentário contextualizado desses textos”, mas foram concentrados no volume II/14 (“Manuscritos e textos redigidos para o Livro III de *O capital* de 1871 a 1895”), de modo que o leitor tem “uma visão do conjunto de todos os registros feitos por Marx sobre esse tema do Livro III” (p.387).

Há violações da exposição cronológica, como, por exemplo, no volume I/1: os trabalhos de Marx no ensino médio e seus ensaios literários foram colocados no anexo – decerto para poder inaugurar a edição completa com a dissertação, que é um texto de maior peso. Na seção III, foram impressas como grupo fechado primeiramente as cartas de Marx e Engels e só depois as cartas a eles. Esse procedimento foi abandonado desde as ER 93; a *troca* de correspondência passou a ser apresentada como tal também oticamente.

“Crítico” obviamente não se refere à crítica ao conteúdo dos materiais, que em tempos idos teria sido impensável e atualmente é vetada com base no veredito da interpretação, mas à apresentação da evolução interior dos textos de próprio punho, de correções e variantes, modificações textuais nas diferentes impressões, edições e traduções, bem como de acréscimos escritos à mão em textos impressos. Da apresentação crítica faz parte a seleção, ou seja, a inclusão e a exclusão de

materiais mediante a determinação ou correção da autoria e a determinação de datas e locais de surgimento. Desse modo, o princípio “histórico-crítico” assegura a maior fidedignidade possível à obra dos autores. O fato de ele ter servido de base à MEGA² evidenciou-se, durante a sua avaliação, como um fator de peso a favor da continuidade da edição.

A pergunta é com que direito ou com que justificativa se procede à subdivisão do conjunto do material em seções? Essa ordenação, esse “esquartejamento” visando à recomposição, já não seriam interpretação?

Dentre diversas possibilidades, foram assumidos para a MEGA² os padrões de classificação mais frequentemente usados em edições neogermanísticas – a diferenciação entre gêneros ou tipos de textos (livros, artigos, esboços, cartas, excertos, anotações etc.), assim como a ordenação cronológica dos textos. Para preservar o nexos temporal, a subdivisão foi limitada a três gêneros principais – livros, cartas e trabalhos preparatórios; desistiu-se da diferenciação entre obras publicadas durante a vida dos autores e manuscritos que por eles não foram destinados à publicação ou não ficaram prontos para isso. Desse modo, foi levada em consideração a peculiaridade de que o legado literário de Marx e Engels consiste no máximo de um terço de textos impressos (Sperl, 2004, p.57-8). Nunca foi feita nenhuma crítica fundamental contra a subdivisão em seção I (obras, artigos, esboços), seção III (correspondência) e seção IV (excertos, anotações, notas marginais). A crítica sempre se voltou contra a existência da seção II (*O capital* e trabalhos preparatórios) em termos gerais – e especificamente contra sua abertura com os *Manuscritos econômicos 1857-1858* (os *Esboços [Grundrisse] da crítica da Economia Política*).

A explicação para apresentar numa seção própria os três volumes de *O capital*, todos os ensaios e interrupções, esboços e trabalhos preparatórios, edições autorizadas e traduções é dada pela introdução ao primeiro livro, publicada em 1983: tratar-se-ia “da obra principal do marxismo” por ter proporcionado a este “o fundamento científico sólido e a fundamentação teórica irrefutável” (II/5, p.11*). A decisão favorável à seção II e sua abertura com os *Grundrisse* foi tomada já em 1964 pelo Departamento Marx-Engels do IML de Berlim (Hundt, 1995, p.96-7). Entrementes, a distinção assim conferida a *O capital* é tida como “decisão interpretativa preliminar” (inadmissível) (Hubmann; Münkler; Neuhaus, 2001, p.304). Dado que os princípios editoriais não têm qualquer compromisso nem com a autocompreensão de Marx e Engels sobre a importância de seus trabalhos, nem com a história da influência destes, pontos de vista a respeito do valor relativo de *O capital* e de sua influência não constituem argumento contra essa crítica. Prensados entre a existência da seção II e os princípios que não permitiriam essa existência, os fatos derrotaram os princípios: até 1992, já haviam sido publicados dezesseis volumes da seção II e ela foi levada adiante sem fundamentação alguma. Certamente, seria bem difícil explicar aos usuários que eles agora deveriam passar a apensar à seção I os livros de *O capital*, incluindo os materiais de trabalho, editados de acordo com as ER 93.

No entanto, mesmo preservando os novos princípios, há argumentos a favor de constituir uma seção própria para *O capital*, a saber, o de não espalhar um material que forma um conjunto genuíno (conforme o exemplo já citado). O que vale para as anotações publicadas no volume II/14, que segundo a classificação das ER 93 pertencem formalmente à seção IV, deveria valer ainda mais decididamente para um corpo de textos, cuja exploração e investigação fizeram emergir, desde o surgimento do primeiro livro em 1867, uma literatura secundária que enche bibliotecas inteiras e até mesmo uma disciplina científica autônoma. Portanto, não é a existência da seção II que é problemática, mas a sua extrapolação mediante o acolhimento, por exemplo, das resenhas que Engels escreveu de *Para a crítica da Economia Política*, de Marx (1859) (II/2) ou da palestra de Marx diante do Conselho Geral da I Internacional, intitulada *Value, price and profit* [Valor, preço e lucro] (II/4.1). A justificativa dada, de que esses materiais “aprofundam [...] a caracterização do trabalho de Marx em sua obra principal” – com o que se pretendia justificar também a recepção das *Glosas marginais ao Manual de Economia Política de Adolph Wagner* (MEW, v.19, p.355-383) (Miskewitsch, 1982, p.49) –, provoca a objeção de que isso significa misturar edição e interpretação.

Questionou-se (Backhaus; Reichelt, 1994/2, p.106, 117) a abertura da seção II com os *Grundrisse*, que na introdução de 1975 foram qualificados como “uma primeira elaboração visando à grande obra econômica planejada por Marx” (II/1.1, p.11*), o que quer dizer que eles seriam o primeiro esboço de *O capital*. Com certeza, a caracterização da seção como “*O capital* e trabalhos preparatórios” dá a entender que Marx tinha um planejamento, o que de modo algum pode ser afirmado para o final da década de 1850 (Heinrich, 1995, p.118-9). Por essa razão, Sperl pensa que teria sido “melhor” denominar essa seção de “*O capital*. Manuscritos e textos impressos” (Sperl, 2004, p.65, n. 30). Pode bem ser como pode não ser; de qualquer modo, não há mais como mudar isso. A pesquisa ignora a designação teleológica da seção e examina o valor científico próprio desses colossais fragmentos, não esquecendo que em 1857-1858 Marx adquiriu noções teóricas e metodológicas que marcaram decisivamente a configuração da obra definitiva.

É claro que se deu prosseguimento à *apresentação de correções e variantes* (ER 93, p.24-29, 36 e ss.), pois isso é da essência de uma edição histórico-crítica.

Correções são modificações redacionais do texto editado que emendam erros de grafia, de cálculo ou de outra natureza, e são apresentadas na errata de um livro. O índice de variantes “documenta a evolução de um texto” (p.36) ou, nos termos de Sperl, a “gênese do texto”, “de modo integral e fácil de visualizar, em ordem cronológica, na medida em que foram transmitidas por manuscritos e impressões autorizadas”, para “dar ao usuário a possibilidade de conhecer o acervo textual completo de cada versão autorizada legada” (Sperl, 1982, p.165). A finalidade da apresentação não é a reconstrução do “melhor texto” nem a apreensão das “inten-

ções” de Marx e Engels, mas a “constatação e reprodução exatas do texto autorizado” (Sperl, 1982, p.163). Assim, a unidade de volume de texto e volume de aparato reproduz o processo de elaboração de Marx e Engels. Quem deve decidir se os estratos textuais apresentados refletem “progressos em termos de conhecimento” é a pesquisa.

“Desideologização”

A “isenção de valores” (“desideologização”, “despolitização”) exigida como precondição para dar continuidade à MEGA² visa dar a palavra aos próprios materiais e restringir as notas explicativas dos editores ao mínimo necessário para a compreensão do que está sendo exposto.

Em 1965, o Departamento Marx-Engels do IML de Berlim já sugerira que o autor das introduções se concentrasse na história dos materiais acolhidos no volume (história da obra) e na crítica das fontes desses materiais. Notas de crítica textual eram consideradas imprescindíveis, esclarecimentos sobre o conteúdo do texto, dispensáveis. Os índices onomásticos não deveriam conter apreciações das pessoas. Tudo isso foi aceito naquela época pelo lado soviético (Dlubek, 1994, p.91-2).

Na discussão havida sobre o volume de teste de 1972, alguns pareceres de especialistas indicaram que também recorrem à MEGA pesquisadores de países em desenvolvimento, nos quais por muito tempo ainda seria difícil o acesso a produtos impressos publicados no século XIX na Europa e na América. Por essa razão, fora decidido que o princípio do comentário consistiria em dar todas as informações que o “usuário com formação científica” necessitasse para a boa compreensão dos textos “essencialmente sem ter de recorrer a obras de consulta e recursos auxiliares adicionais” (ER 76, p.153). Além disso, foi estabelecido que a MEGA², também “no que se refere ao comentário sobre o conteúdo das obras, não deveria ficar aquém das edições das obras”; em consequência disso, confundiu-se a delimitação entre MEGA e edição das obras originais, ou seja, a diferenciação entre informações e avaliações no interior da MEGA (Dlubek, 1994, p.92-3).

Além das indicações dadas pelos especialistas, deve ter havido ainda outras razões, e talvez até razões de maior peso, em prol de apresentar comentários interpretativos. Na autocompreensão dos envolvidos no projeto, tratava-se do cumprimento editorial-científico de uma tarefa política de primeira grandeza. Mas a “valoração”, hoje recriminada, simplesmente não foi “exigida”; a exigência era “satisfeita”, sem ranger de dentes permanente, para assegurar a realização do projeto (como às vezes é relatado) (Vollgraf, 1992, p.12). Isso não quer dizer que o aparato partidário não tenha tentado exercer sua influência, nem que não tenha havido situações de censura. É claro que as havia. No entanto, o cúmplice mais confiável de toda censura foi e é a autocensura. Mas será que a autocensura foi mesmo necessária? O olhar retrospectivo segundo o qual editores e pesquisadores teriam se encontrado, por décadas, num “dilema” entre “seus ideais socialistas e seu trabalho histórico-crítico nos textos, de um lado, e, de outro, a política de

suas lideranças partidárias, totalmente estranha a Marx, mas que, não obstante, exigia deles apoio propagandístico”, um dilema “constantemente driblado” à custa de “muita energia vital” na época e que provocaria “hoje as mais pesadas autorrecreminações e autopunições” (Hundt, 1992, p.60) – esse olhar retrospectivo obscurece o fato de que para (a maioria d)os colaboradores do projeto, em razão de sua convicção como marxistas, comunistas, socialistas (ou como quer que cada um deles tenha se definido), nem era possível apresentar Marx e Engels em termos “apolíticos” ou “suprapolíticos”, “isentos de valoração” ou “isentos de ideologia”.

Nas ER 93 ficou estabelecido que “as *notas explicativas* abrangem: [...] explicações (mas sem interpretação) e indicações bibliográficas que possibilitem uma melhor compreensão dos assuntos” (p.39). – Esclarecimentos têm caráter interpretativo, quer queiramos ou não. Desde 1990, a MEGA² é um projeto burguês. Nela ocorrem valorações – mesmo que se tenha a ilusão de não as estar fazendo. A sua “academização” é a reavaliação da valoração de que ela seria “expressão e parte integrante do processo revolucionário mundial”.

Novidade é o *Índice das fontes contempladas no aparato e da bibliografia utilizada*, subdivididas em materiais de arquivo, fontes impressas, obras de consulta e bibliografias, bem como literatura de pesquisa, sem diferenciação entre títulos de Marx e/ou Engels e de terceiros (ER 93, p.31). Os volumes elaborados de acordo com as ER 76 fazem constar apenas a bibliografia utilizada pelos materiais apresentados. Agora também se passou a dar transparência às fontes utilizadas pelos editores. A bibliografia das fontes de pesquisa é um enriquecimento da edição, mesmo que não deixe de ser problemática: ela é especialmente informativa nos volumes em que é apresentado um texto coeso ou uma problemática em seu conjunto, sendo que, nos volumes “normais” da seção I, nos quais são enfileirados materiais heterogêneos, com certeza não é fácil fazer uma seleção representativa de títulos. Na seção III, são citadas preponderantemente fontes da história contemporânea e biográficas.

Quando se examinam as notas explicativas nos volumes editados segundo as ER 93, o que chama a atenção é sua configuração heterogênea. No volume I/15, renunciou-se à indicação de fontes para a maioria das informações – em contraposição a outros volumes que citam fatos históricos ou indicações de datas que constam em qualquer léxico. Há notas explicativas como, por exemplo, sobre a terceira divisão da Polônia em 1794, em que as cifras referentes ao tamanho das áreas repartidas teriam justificado a indicação de uma fonte (I/31, p.651). Ademais, só uma visão puramente retrospectiva ousaria julgar que a batalha de Waterloo figura “entre as mais sangrentas da história mundial” (I/14, p.946).

Visto que as ER 93 deixam amplamente a critério dos elaboradores do volume a quantidade de notas explicativas, seu tamanho e a indicação das fontes consultadas, surge a impressão de arbitrariedade. Outro capítulo é o da seriedade das

fontes. Um exemplo disso: as notas explicativas sobre o niilismo russo recorrem, entre outras fontes, à *Kölnische Zeitung* [Jornal de Colônia] de 15 de abril de 1886, assumindo acriticamente a conversa-fiada jornalística de que as informações teriam sido obtidas de “círculos bem informados” (I/31, p.652).

Para os *índices onomásticos*, as ER 76 estabeleceram que a “postura ideológico-política” das pessoas

deve ser caracterizada com conceitos cientificamente exatos que contenham uma determinação classista, ou então com dados que definam o pertencimento a correntes, grupos, partidos ou organizações bem determinados.

A título de exemplo, citam-se “democrata pequeno-burguês, [...], adepto do livre-comércio, líder sindical reformista, [...], membro da Liga dos Comunistas, tinha afinidade com a *Social Democratic Federation* [Federação Social-Democrata]” (p.202). A orientação das ER 93 é dar “indicações sucintas sobre a identidade (nacionalidade, profissão, atividade principal, funções e similares)” (p.98).

O volumes compostos segundo as ER 76 já haviam reduzido o volume de dados que, na edição das obras, havia sido ampliado para pequenas biografias. Por ser uma edição de estudos, o seu volume pode até ser justificado em certa medida; os juízos emitidos por Marx e Engels sobre as pessoas, apresentados em forma de citação, não têm comprovação de fonte, o que não ajuda muito. As ER 93 procedem a outro “redimensionamento” nesse aspecto. O modo como se concretizou nesse tocante o “princípio da isenção valorativa” fica claro, mediante o cotejo exemplificador do volume II/6 (2.ed. do Livro I de *O capital*, de 1987) com o volume II/15 (volume 3 de *O capital*, 1894, de 2004): Hegel passou de “representante principal da filosofia alemã burguesa clássica” para “filósofo alemão”; John Ramsay MacCulloch, de “economista e estatístico escocês; vulgarizou a teoria de Ricardo” para “economista e estatístico escocês”; Pierre-Joseph Proudhon, de “autor, sociólogo e economista francês; ideólogo da pequena-burguesia, um dos fundadores do anarquismo” para “publicista e economista socialista francês”; David Ricardo, de “economista inglês, sua obra constitui o ponto alto da economia política burguesa clássica” para “economista inglês; representante principal da economia política clássica”; Jean-Baptiste Say, de “economista francês, sistematizou e vulgarizou a teoria de Adam Smith; fundador da teoria dos fatores da produção” para “economista, jornalista e empresário francês; professor em Paris; adepto crítico de Adam Smith; fundador da teoria dos fatores da produção”.

Summa summarum: valorações ou classificações “classistas”, que com frequência eram assumidas por Marx e/ou Engels, foram riscadas; fatos biográficos permaneceram, sendo em parte até ampliados; alguns dados foram reformulados;

nada está errado, mas tudo ficou diferente. Às vezes, as informações apresentadas são escassas, como no caso de Carl Menger, representante muito influente da teoria da utilidade marginal: “economista austríaco; professor em Viena” (II/15, p.1275). Mas o que foi dito só vale de fato para *esses* dois volumes; os demais volumes trataram esses aspectos cada um a seu modo. No volume IV/3 (*Excertos e anotações de Marx 1844 a 1847*, de 1998), a maioria dos dados foi reduzida ao esqueleto: MacCulloch e Smith são identificados como “economista escocês”, Ricardo como “economista inglês” (p.786, 791 et seq.). Alguns índices, como o do volume III/9 (*Cartas 1858-1859*, de 2003) e do III/10 (*Cartas 1859-1860*, de 2000), dão informações biográficas que extrapolam o período temporal do volume, ao passo que, em outros volumes, esses dados se atêm ao quadro temporal do volume. Portanto: nem nos índices onomásticos há uniformidade, a qual certamente não prejudicaria o caráter acadêmico da edição.

Mais problemático do que o índice onomástico é o *índice temático*, definido pelas duas ER como “índice de palavras-chave” (ER 76, p.205; ER 93, p.103). Ele deve orientar-se “na terminologia dos autores e da época”; “as palavras-chave provêm do texto editado e de sua linguagem. Pode-se remeter às palavras-chave na linguagem do editor” (ER 93, p.103). É mais fácil formular do que fazer isso, pois a “terminologia dos autores”, em muitos casos, justamente não é a “da época”, mas volta-se contra a linguagem contemporânea ou tradicional, para não falar dos neologismos compostos por Marx e Engels. A determinação “as palavras-chave *provêm* do texto editado e de sua linguagem” (ER 93 – grifo T. M.) pode significar que elas são extraídas literalmente dos materiais, mas também que elas resumem conceitualmente seus conteúdos. Para poder concretizar essa possibilidade, seria preciso dispor de uma nomenclatura, de um sistema de conceitos, o que a “autocompreensão científica pluralista” (p.10) da Imes por si só já interdita.

O modo como isso *pode* funcionar é mostrado exemplarmente pelo termo “concepção materialista de história” no volume I/31 (*Escritos de Engels 1886-1891*, de 2002): há sete remissões – as quatro primeiras ao termo literal (princípio da palavra-chave), a quinta a “método materialista” como “fio condutor do estudo” (p.281), a sexta à passagem que reproduz sinteticamente o que está explicitado em *A ideologia alemã* e no prefácio de *Sobre a crítica da Economia Política*, de Marx (1859), e a sétima passagem é simples alusão ao mesmo tema. Outras palavras-chave aparecem só de modo incompleto: “marxismo”, com razão entre aspas, encontra-se na p.268 e na p.283. A reprodução de *todos* os trabalhos preparatórios de Engels para a brochura *O papel da violência na história* transforma o volume em sensação científica, mas o termo “violência” não ocorre no índice!

Os exemplos lançam luz sobre as dificuldades de produzir um índice de palavras-chave sem dispor de um paradigma conceitual. O “texto editado” constitui a

base material do índice e nada mais. O modo como seus conteúdos serão condensados ou generalizados em palavras-chave fica por conta dos elaboradores do volume.²²

Das introduções extensas para as introduções breves

O golpe principal da crítica feita após 1989-1990 aos volumes publicados segundo as ER 76 é assestado contra as introduções extensas. A piada é que, na fase inicial da preparação da MEGA², os editores consideraram despropositadas as introduções (e as notas explicativas referentes ao conteúdo dos escritos), visando manter a edição distante de “previsíveis debates dogmáticos penosos e demorados sobre a caracterização de Kautsky, Bernstein e dúzias de outras pessoas e de comentários sobre problemas históricos”, “pois acreditávamos firmemente no efeito das próprias palavras de Marx e Engels – mesmo sem nossos acréscimos explicativos” (Hundt, 1995, p.98). Na preparação do volume de teste, predominou a opinião de que as introduções seriam imprescindíveis, só que elas deveriam “ter um caráter diferente das contidas nas edições das obras, na história das obras e na crítica das fontes” (Dlubek, 1993, p.55). Essa mudança de opinião pode ter-se baseado na reflexão de que a renúncia até eximiria os editores da “responsabilidade científica”, mas que ela “também causaria uma dissociação entre edição e ciência” (Vollgraf, 1993, p.72). Por fim, ficou estabelecido o seguinte: a “tarefa principal” das introduções

é ordenar as obras contidas no volume dentro da história do desenvolvimento do marxismo e, ao fazer isso, elaborar a unidade do marxismo-leninismo, bem como a unidade de todas as partes integrantes do marxismo-leninismo de modo apropriado, correspondente ao tipo da edição. (ER 76, p.137)

A 6ª Jornada da Comissão Conjunta de Editores (novembro de 1974) liberou para publicação os dois primeiros volumes e emitiu o prefácio geral da edição (I/1), no qual “as passagens sobre a finalidade ideológico-política da edição ainda foram ampliadas em relação às do volume de teste”. “A orientação ideológica das introduções aos volumes foi assegurada pela determinação de continuarem a necessitar da confirmação dos diretores dos institutos.” (Dlubek, 1994, p.6)

As ER 93 eliminaram essas introduções extensas; o volume contendo o aparato oferece uma introdução breve ao material apresentado no volume contendo o texto. O fato de os volumes deixarem de ser abertos com as manifestações de terceiros e passarem a ser abertos diretamente pelos mestres não lhes causa dano. É de se supor que os usuários dos volumes mais antigos dificilmente teriam permitido que

22 Perguntado a respeito de quem toma as decisões editoriais, Rojahn explicou que isso é coisa dos elaboradores dos volumes; o manuscrito de cada volume é avaliado; quando elaboradores e avaliadores não chegam a um entendimento, a comissão editorial teria de se posicionar (Miyakawa; Omura, 1994, p.143).

as introduções extensas lhes sugerissem como deveriam entender Marx e Engels. E obviamente foi mantida a parte que descreve o surgimento e a transmissão de cada texto exposto, pois é isso que caracteriza uma edição histórico-crítica. Em que consistem as tarefas de uma introdução breve?

Ela presta “contas” da

constituição do volume, de sua delimitação em relação a outros volumes, ou então de sua relação com eles, e de sua estruturação interna; dá as razões para o acolhimento ou para a exclusão de documentos; para a ordenação dos materiais, da análise crítica dos textos em correspondência com seu caráter específico; explicita as decisões editoriais tomadas como resultado da crítica textual (por exemplo, determinação da autoria, datação, reprodução dos textos, revisão dos textos, apresentação de variantes e outras particularidades editoriais). (ER 93, p.30)

Nessa atividade, presume-se a “isenção ideológica” de conteúdo, linguagem e estilo. Logo, sua *crux* consiste em ter de apresentar “sem emitir juízo de valor” um material que é “valorativo” do começo ao fim. Ora, nenhum editor ou autor de introdução tem o controle total do que faz, muito menos os da MEGA. É sobre sua capacidade como “*zoon politicon* [animal político]” que se baseia sua postura em relação às ideias, teorias e aspirações políticas de Marx e Engels. A intensidade com que se manifesta essa capacidade²³ é distinta de um elaborador para outro, *ergo* de um volume para outro, como comprovarão alguns exemplos.

Os problemas começam com a terminologia: como designar os antagonistas da relação capitalista? No volume IV/3 (1998), figuram lado a lado “classes trabalhadoras” (p.463), “trabalhadores” (p.464) e “proletariado” (p.644); ocorrem também os termos “empregados” e “patrões” (p.471) – conceitos que não se encontram nas fontes marxianas examinadas (p.145). A denominação – inicialmente de acordo com Marx – dos proprietários de capital como “capitalistas” (p.464) é gradativamente neutralizada em “empresários” (p.466) e “fabricantes” (p.467). A informação de que Marx teria estudado “as questões fundamentais da economia política clássica” é complementada com a afirmação de que ele já tinha conhecimento das “grandes obras” de Smith, Say, Ricardo, James Mill e MacCulloch (p.461). Visto que, naquela época, Marx ainda não formulara o sintagma “economia política clássica”, ele foi tomado de empréstimo da historiografia do dogma, como denunciado pela listagem dos nomes, o que constitui uma valoração atinente ao *common sense*.

Certamente, os editores têm a liberdade de usar a “linguagem editorial” como se fez no índice temático (ER 93, p.103), em vez da terminologia dos textos apre-

23 No prefácio às ER 93 consta isto: “Dos colaboradores da MEGA se espera doravante que, comprometidos com uma compreensão pluralista de ciência, orientem-se exclusivamente pelos padrões reconhecidos da pesquisa histórico-crítica” (p.10). Nesse caso, seria de se perguntar quem decide o que é “reconhecido” – e por quem?

sentados. Em contraposição, uma terminologia oscilante, em parte recorrendo a Marx e em outras passagens distanciando-se dele, é expressão de insegurança sobre como devem ser referenciadas as posições teóricas e políticas dos materiais.

Outro problema é se as introduções breves devem caracterizar o processamento ulterior dos materiais por Marx e/ou Engels, o que certamente é do interesse do usuário. Alguns volumes fazem isso, outros não. No volume IV/3, destaca-se o uso – parcialmente modificado – de formulações chamativas descobertas no estudo do texto, como, por exemplo, “sem propriedade o povo ‘não tem pátria’”, no *Manifesto comunista*; em relação à formulação “é preciso [...] *quebrar totalmente a máquina*, caso se queira restaurar os direitos ao povo”, segue a remissão a *O 18 de brumário* (p.472). A tomada de partido de Marx pela classe trabalhadora e a crítica daí resultante dos apologistas do sistema fabril são referenciadas objetivamente (p.463 e ss.). As introduções aos volumes III/9 (*Cartas 1858-1859*, de 2003), III/10 (*Cartas 1859-1860*, de 2000) e III/13 (*Cartas de 1864-1865*, de 2002) também se abstêm de distanciamentos artificiais.

No volume I/14 (*Artigos 1855*), comprova-se, mediante fontes das quais Marx não poderia ter conhecimento, que o premiê britânico Lorde Palmerstone, que ele afirmava ser um agente russo, aspirou, ao contrário, cercear o poder da Rússia e provocar o cisma de vastos territórios (p.873-6). Com referência aos projetos pan-eslavistas de Engels, comunica-se, sem citar fontes e, em consequência, de modo meramente afirmativo (ainda que plausível), que a publicação dos dois projetos no volume 44 da edição russa das obras “acabara sendo interdita em 1972” (p.880).

A introdução ao volume II/14 (*Manuscritos e textos editoriais para o Livro III de O capital 1871-1895*, de 2003) faz uma exposição bastante crítica e objetiva, tão fácil de visualizar quanto de compreender, do modo como Engels lidou com os manuscritos (e, em consequência, com a teoria) de Marx, contribuindo essencialmente para aclarar uma problemática controvertida (p.381-437, 457-489). Os elaboradores se posicionam indiretamente em relação a um ponto central controverso, a saber, o do rigor científico da economia marxiana: sua descrição do trabalho de Marx no Livro III aponta repetidamente para o grau de insatisfação de Marx com o estado de sua teoria, o que ficou registrado nas suas seguidas retomadas e interrupções (p.438-456).

Caso exemplar de introdução que, pelo posicionamento franco dos editores em relação ao material apresentado, dá impulsos inusitados à exploração científica é a do volume II/12 (*O manuscrito editorial de Engels para o Livro II de O capital*, de 2005). Nela se diz o seguinte:

Sem querer antecipar as pesquisas a respeito da avaliação das intervenções editoriais de Engels, serão ressaltados, para finalizar, ainda alguns aspectos importantes que dizem respeito especialmente à relação já mencionada entre autor e editor. Em primeiro lugar, do fato de haver divergências entre o manuscrito editado e os

textos de Marx não se pode tirar de maneira geral a conclusão de que Engels teria premeditado a alteração do texto redigido por Marx. Ao contrário, numerosas divergências se explicam como meros melhoramentos de deficiências do original. Nesses casos, Engels corrigiu falhas evidentes do manuscrito de Marx ou complementou passagens abreviadas. Em segundo lugar, é preciso levar em conta o caráter inacabado dos manuscritos de Marx.

“Parte considerável das mudanças feitas por Engels” resulta “justamente do fato de Marx, em seus manuscritos, ter feito a primeira tentativa de formular novas ideias sobre uma série de questões sem ter chegado logo a resultados definitivos” (p.522).

Descarrilamento ou mudança de rumo?

Por mais diferenciado que seja o formato das introduções, todas elas têm em comum o esforço de apresentar os materiais nos termos das ER 93.

Mas não é o que ocorre no volume II/15 (o Livro III de *O capital*, editado por Engels, Hamburgo, 1894). Pela primeira vez, a introdução não provém de um dos elaboradores do volume, mas de um terceiro: Bertram Schefold, membro da assessoria científica da Imes. Não é, certamente, obrigatório que os elaboradores escrevam a introdução. A crítica se volta contra o fato de o formato *dessa* introdução ter sido liberado da observância das ER 93.

Um dos princípios das ER é renunciar a valorações. Como quer que isso venha a ser feito no caso concreto – de modo algum poderia ser assim: Marx “manteve uma distância altiva também da escola histórica alemã” (II/15, p.875); “é preciso fazer a Marx a crítica de ter tomado conhecimento apenas do patamar mais baixo da teoria neoclássica em vias de preparação” (p.882); “é enigmático que se queira continuar sustentando a concepção de que o trabalho enquanto algo abstrato determine o valor das mercadorias” (p.898); “a desqualificação da função de empresário” por Marx (p.905); “poder-se-ia pensar que”, para Marx, “denunciar a realidade era mais importante do que explicá-la” (Ibid.); sua “ira ao modo do Velho Testamento” contra representantes do *Currency Principle* e da *Banking Theory* (p.906).

Outro princípio consiste em documentar referências a outros textos. Schefold, em contrapartida, pôde afirmar o seguinte sem indicar a fonte: “Marx também compartilhou pelo menos temporariamente essa concepção de um *prius* histórico dos valores” (p.898). Ou: “Para Marx, a supressão do dinheiro se tornou critério da introdução do comunismo (o que até o momento não foi alcançado em nenhuma sociedade industrial)” (p.908).

Outro ponto estabelecido foi que a introdução “presta contas da constituição do volume, de sua delimitação em relação a outros volumes ou então de sua relação com eles e de sua estruturação interna” (ER 93, p.30). Não é disso que se trata aqui. Nem sequer são levantadas as questões que movem a ciência, a saber,

como Engels elaborou o Livro III a partir dos manuscritos legados por Marx, que materiais foram acolhidos e quais descartados por ele, com que intensidade ele inseriu suas próprias opiniões e posições no texto e, desse modo (possivelmente), violentou as intenções teóricas do seu amigo etc.²⁴ Certamente ninguém informou Schefold de que a introdução deve abordar a “ordenação dos materiais, a análise crítica dos textos em correspondência com seu caráter específico” (ER 93, p.30). As explanações se distanciam a tal ponto do material exposto que se deve desconfiar que o autor praticamente não se ocupou com ele, quaisquer que tenham sido suas razões para isso. O que se oferece ao usuário é a propagação da “solução” *neorricardiana* para o “problema da transformação” (dito de modo simplificado: da transformação dos valores das mercadorias em preços da produção), tomada de empréstimo de Piero Sraffa.

Com a impressão desse trabalho malfeito – em louvor do volume e de seus elaboradores, seja dito que ele corporifica uma realização editorial substancial e contém uma gênese e uma tradição extraordinariamente competentes, permitindo que o leitor se recupere da introdução –, foi encenada uma farsa: em troca do seu bom dinheiro, serve-se ao público um (auto)expositor (um quarto das fontes citadas consiste de publicações do próprio Schefold) que qual monômano diz com voz estridente (quando não começa a gaguejar: “Marx também compreendeu oferta e procura como ‘forças’ que, quando em equilíbrio, tornam-se inefetivas e, por essa razão, não deveriam poder contribuir para determinar o preço de equilíbrio” [II/15, p.883]): “A teoria marxiana do valor evidenciou-se como insustentável” (II/15, p.910).²⁵

Pode-se tentar adivinhar a razão pela qual o texto foi aceito.

Certamente seria uma inadmissível simplificação ‘marxista vulgar’ tirar disso a conclusão de que entrementes a atividade científica alemã-ocidental se tornou tão conservadora e tacanha, que uma edição histórico-crítica dos escritos de Marx e Engels só teria alguma chance de continuar contando com patrocínio financeiro se fornecesse logo também a crítica a Marx. (Heinrich, 2005, p.398)

24 Engels’ Druckfassung versus Marx’ Manuskripte zum III. Buch des “Kapital”. BMEF.NF, 1995.

25 “O economista vulgar não tem a mínima noção de que as relações de troca reais e cotidianas *não podem ser diretamente idênticas* às grandezas de valor. Pois a graça da sociedade burguesa está justamente em que *a priori* não acontece nenhuma regulação social consciente da produção. O racional e o necessário por natureza se impõem meramente como valor médio que atua às cegas. E então o [economista] vulgar julga estar fazendo uma grande descoberta quando, diante da revelação da interconexão, insiste em que as coisas parecem diferentes enquanto fenômenos. De fato, ele insiste em ater-se à aparência e tomá-la como coisa última. Mas então qual a razão de ser da ciência? Nesse ponto, porém, a coisa tem ainda outro pano de fundo. Ao dar-se conta da interconexão e antes do desmoronamento prático, toda a crença teórica despenca dentro da permanente necessidade dos estados de coisas vigentes. Nesse ponto, há, portanto, o interesse absoluto das classes dominantes em perenizar a confusão irrefletida. E para que mais seriam pagos os sicofantas tagarelas, cujo único trunfo científico consiste em alegar que na economia política não é permitido pensar de jeito nenhum!” (Carta de Marx a Ludwig Kugelmann, de 11.7.1868, *MEW*, v.32, p. 553 et seq.)

Esse texto é um balão de ensaio para uma mudança de rumo nos princípios da Imes ou trata-se, digamos, de um “descarrilamento”? A resposta a isso não deve interessar só ao mundo especializado.

Ainda não terminou

O melhor da MEGA² é que ela existe. Até 1990, seus volumes estavam ao alcance da mão nas salas de leitura das grandes bibliotecas científicas. Quando foi banida para as estantes, a MEGA² tornou-se invisível. O que vale para a *Theologische Realenzyklopädie* [Real Enciclopédia Teológica] deve valer também para ela. Cabe ao usuário exigir que lhe seja dada visibilidade. Pode-se discordar dos princípios editoriais e da sua concretização. Acreditar que se possa realizar uma Edição Completa de Marx-Engels *sine ira et studio* é iludir a si mesmo. Não há como realizar concretamente isso. Os volumes colocados à disposição do público depois de 1998 constituem feitos editoriais a serem tidos em alta consideração e admirados tanto quanto os que foram publicados antes deles. Apesar de todas as diferenças entre os princípios editoriais atuais e os anteriores, o que predomina é a continuidade. Desvaneceu a ilusão de que cada novo volume impresso seria uma contribuição para a vitória global do socialismo. Agora e no futuro, deve-se cuidar para que não nos assombre o seu espectro invertido – a confissão *contra* os materiais editados. Como quer que nos posicionemos em relação a esses materiais, eles falam por si mesmos. As práticas hegemônicas providenciarão que eles não caiam no silêncio.

Referências bibliográficas

- BACKHAUS, H.-G.; REICHEL, H. Der politisch-ideologische Grundcharakter der Marx-Engels-Gesamtausgabe: eine Kritik der *Editionsrichtlinien* der Imes. *MEGA-Studien*, 1994/2, p.101-118.
- DLUBEK, R. Die Entstehung der zweiten Marx-Engels-Gesamtausgabe im Spannungsfeld von legitimatorischem Auftrag und editorischer Sorgfalt. *MEGA-Studien*, 1994/1, p.60-106.
- _____. Frühe Initiativen zur Vorbereitung einer neuen MEGA (1955-1958). *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 2, Hamburgo, 1992, p.43-52.
- _____. Tatsachen und Dokumente aus einem unbekanntem Abschnitt der Vorgeschichte der MEGA² (1961-1965). *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 3, Hamburgo, 1993, p.41-63.
- EDITIONSRICHTLINIEN der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA) [Diretrizes editoriais da MEGA], Berlim, 1993 [= ER 93].
- EDITIONSRICHTLINIEN der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA) [IML adjunto do CC do PCUS/IML adjunto ao CC do SED], Berlim, 1977 [= ER 76].
- GOLMAN, L.; SPERL, R. Zum Erscheinen der ersten Bände der neuen Marx-Engels-Gesamtausgabe, *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*. Berlim, v.24, n.1, p.58-73, 1976.
- HAUG, W. F. Historisch-kritisch. *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Hamburgo, 2004, v.6/I, col.375-394.

- HECKER, R. Die Herausgabe von Marx-Engels-Schriften zwischen der ersten MEGA und MEW (1945-1953). *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 5, Hamburgo, 2006, p.13-55.
- HEINRICH, M. Edition und Interpretation: Zu dem Artikel von Hans-Georg Backhaus und Helmut Reichelt, "Der politisch-ideologische Grundcharakter der Marx-Engels-Gesamtausgabe". *MEGA-Studien*, 1995/2, p.111-21.
- HEINRICH, M.; MARX, K.; ENGELS, F. Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie, Dritter Band (MEGA II.15), *Das Argument*, n.261, v.47, caderno 3, p.396-400, 2005.
- HUBMANN, G.; MÜNKLER, H.; NEUHAUS, M. "... es kömmt drauf an, sie zu verändern". Zur Wiederaufnahme der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, Berlim, n. 2, p.299-311, 2001.
- HUNDT, M. Eine Episode aus der Geschichte der MEGA² (1964). *MEGA-Studien*, 1995, v.1, p.93-99.
- _____. Gedanken zur bisherigen Geschichte der MEGA. *MEGA-Studien*, 1994/1, p.56-66.
- KUNDEL, E.; MALYSCH, A. Die weitere Herausgabe der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA) und die Perspektiven der Marx-Engels-Forschung. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Berlim, 1987, v.21, p.16-42.
- LANGE, G. Wider die teleologische Geschichtsauffassung. Die Marx-Engels-Gesamtausgabe rückt die Klassiker des Sozialismus in ein neues Licht, *Circular der BBAW*, n.29, jul.-2004, p.14.
- LIEDMAN, S.-E. Engelsismus. *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Hamburgo, 1997, v.3, col. 384-392.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Marginalien Probestücke, in: *MEGA IV*. Abteilung. Probeheft. Berlim, 1983.
- _____; WEYDEMEYER, J. Die Deutsche Ideologie. Artikel, Druckvorlagen, Entwürfe, Reinschriftenfragmente und Notizen zu I. Feuerbach und II. Sankt Bruno. *Marx-Engels-Jahrbuch 2003*, Berlim, 2004.
- MARX UND ENGELS: Konvergenzen – Divergenzen. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Hamburgo, 1998.
- MERKEL-MELIS, Renate. Zur Editionsgeschichte von Friedrich Engels' Schrift *Die auswärtige Politik des russischen Zarentums*, in: Die Marx-Engels-Werkausgaben in der UdSSR und DDR (1945-1968). *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 5, Hamburgo, 2006, p.263-69.
- MISKEWITSCH, L. Über den Prospekt der weiteren Bände der II. Abteilung der MEGA. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Berlim, 1982, v.11, p.47-50.
- MIYAKAWA, A.; OMURA, I. B. Tokyo International Seminar 1994 über *Das Kapital*, die MEGA und die gegenwärtige Marx-Engels-Forschung am 12-13. November 1994 an der Chuo University und der Tokyo Metropolitan University, in: *MEGA-Studien*, 1994/2, p.139-143.
- [Plan 1995/2 =] Der revidierte Plan der Marx-Engels-Gesamtausgabe, in: *MEGA-Studien*, 1995/2, p.62-78.
- ROJAHN, J. Und sie bewegt sich doch! Die Fortsetzung der Arbeit an der MEGA unter dem Schirm der IMES. *MEGA-Studien*. Ed. do IMES, v.1, 1994, p.5-31.

- SPERL, R. Die Marginalien in den Büchern aus den persönlichen Bibliotheken von Marx und Engels: ihr Stellenwert für biographische und wissenschaftsgeschichtliche Forschungen – Möglichkeiten und Grenzen ihrer Edition (1994). *Edition auf hohem Niveau*. Zu den Grundsätzen der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), Wissenschaftliche Mitteilungen, Heft 5, Berliner Verein zur Förderung der MEGA-Edition e.V., Hamburgo, 2004, p.207.
- _____. Die Marx-Engels-Gesamtausgabe: Editorische Konsequenzen literarischer Zusammenarbeit zweier Autoren (1999). *Edition auf hohem Niveau*. Zu den Grundsätzen der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), Wissenschaftliche Mitteilungen, Heft 5, Berliner Verein zur Förderung der MEGA-Edition e.V., Hamburgo, 2004, p.13-33.
- _____. Die Marx-Engels-Werkausgabe in deutscher Sprache (MEW). Eine editorische Standortbestimmung, in: *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 5, Hamburgo, 2006, p.207-258.
- _____. Die Wiedergabe der autorisierten Textentwicklung in den Werken von Marx und Engels im Variantenapparat der MEGA, in: *Marx-Engels-Jahrbuch*. Berlin, 1982, v.5, p.157-214.
- _____. Probleme der Autorschaft, Autorisation und Authentizität bei der historisch-kritischen Edition der publizistischen Texte von Marx und Engels (2002). *Edition auf hohem Niveau*. Zu den Grundsätzen der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), Wissenschaftliche Mitteilungen, Heft 5, Berliner Verein zur Förderung der MEGA-Edition e.V., Hamburgo, 2004, p.150.
- _____. Textkritik – Kritik an Marx? Über historische, theoretische und praktische Aspekte der Textkritik in der Marx-Engels-Edition (2004). *Edition auf hohem Niveau*. Zu den Grundsätzen der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), Wissenschaftliche Mitteilungen, Heft 5, Berliner Verein zur Förderung der MEGA-Edition e.V., Hamburgo, 2004, p.94.
- _____. Widerspricht die Abteilungsgliederung dem chronologischen Grundprinzip der Marx-Engels-Gesamtausgabe? (2004). *Edition auf hohem Niveau*. Zu den Grundsätzen der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), Wissenschaftliche Mitteilungen, Heft 5, Berliner Verein zur Förderung der MEGA-Edition e.V., Hamburgo, 2004.
- STALIN, J. W. *Fragen des Leninismus*. 4.ed., Berlin, 1951.
- STALINISMUS und das Ende der ersten Marx-Engels-Gesamtausgabe (1931-1941). Dokumente über die politische Säuberung des Marx-Engels-Instituts 1931 und zur Durchsetzung der Stalinschen Linie am vereinigten Marx-Engels-Lenin-Institut beim ZK der KPdSU aus dem Russischen Staatlichen Archiv für Sozial- und Politikgeschichte Moskau. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 3, Hamburgo, 2001.
- VOLLGRAF, C.-E. Die Kommentierung – Achillesferse der zweiten MEGA?. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 2, Hamburgo, 1992, p.5-20.
- _____. Nochmals zur Kommentierung in der zweiten MEGA. Fallstudien. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 3, Hamburgo, 1993, p.69-81.
- VYGODSKI, V. Überlegungen zu einigen Dogmen der Marx-Interpretation. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge, Sonderband 3, Hamburgo, 1993, p.107-121.

Resumo

O artigo recapitula a história da Edição Completa de Marx e Engels (MEGA, na sigla alemã) desde os começos com Riazanov na União Soviética década de 1920, para logo se concentrar no período recente, posterior à queda do Muro de Berlim, no qual a edição teve de superar o perigo de ser encerrada. As importantes mudanças de orientação editorial, com a alegada substituição de critérios ideológicos por critérios filológicos, são objeto de comentários e elucidações, que deixam clara a posição crítica do autor tanto em relação à orientação dos anos 1970 e 1980, quanto em relação aos volumes publicados depois de 1991. A conclusão é não menos clara: de todo modo, “o melhor da MEGA é que ela existe”.

Palavras-chaves: Riazanov; Queda do Muro de Berlim; “desideologização”; filologia; continuidade.

Abstract

For a critical history of the Complete Edition of Marx and Engles (MEGA)

This article recapitulates the history of the Complete Edition of Marx and Engels (MEGA, in the German abbreviation) since its beginnings with Riazanov in 1927 Soviet Union, but is concentrated on the recent period, after the fall of the Berliner Wall, when the edition had to overcome the danger of being closed. Through commentaries and elucidations about the important changes of orientation suffered by the MEGA, the author clarifies his critical position not only towards the orientation prevalent in the 70s and 80s but also towards that prevalent after 1991. His conclusion is nothing less clear: anyway, “the best of MEGA is that it exists”.

Keywords: Riazanov; Fall of the Berliner Wall; “desideologization”; philology; permanence.